

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX – EXERCÍCIO DE 2013

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, considerando as alterações e os normativos decorrentes da lei.

A POUPEX, que é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados.

Conjuntura Econômica

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, os indicadores mais recentes da **economia mundial** sugerem uma recuperação do nível de atividade e apontam para um quadro mais benigno em 2014. A União Europeia (UE) dá sinais de estar deixando para trás o processo recessivo, inclusive com melhoria dos indicadores fiscais e externos das economias periféricas. Os Estados Unidos registraram bom desempenho do produto interno bruto (PIB) no terceiro trimestre, e o mercado de trabalho, ainda que timidamente, registra redução da taxa de desemprego.

O crescimento da China parece ter-se estabilizado na faixa entre 7,5% e 8%, afastando, ao menos por ora, o risco de um desaquecimento mais forte. A economia japonesa vem conseguindo preservar um ritmo de crescimento razoável, na esteira de políticas fiscal e monetária expansionistas. E já há sinais de recuperação em grande parte das economias emergentes e em desenvolvimento.

Tais indicadores, contudo, não escondem o fato de que o crescimento econômico mundial em 2013 irá, mais uma vez, ficar abaixo das previsões iniciais e de que ainda persistem dificuldades que representam riscos consideráveis ao seu desempenho futuro.

Em relação à **economia doméstica**, os números do final do ano de 2013 apontam redução do crescimento no segundo semestre, por conta da desaceleração dos investimentos e da manutenção de um crescimento apenas moderado do consumo das famílias. Por isso mesmo, a queda de 0,5% do PIB do terceiro trimestre em relação ao segundo não representou surpresa, resultando em um decréscimo na formação bruta de capital fixo (FBCF), contando, ainda, com uma contribuição negativa do setor externo.

Do lado da oferta, houve retração significativa do setor agropecuário (-3,5%), devolvendo parte do crescimento excepcional do primeiro semestre, bem como da indústria de transformação (-0,4%) e da construção (-0,3%), as quais tendem a acompanhar a evolução da FBCF. O setor de serviços teve desempenho decepcionante, sendo o principal elemento que explica o fato de o crescimento do PIB ter ficado abaixo do que previa a maioria dos especialistas. Na verdade, o desempenho da atividade econômica em 2013 vem sendo caracterizado por grande volatilidade. Essa volatilidade mostra que 2013 foi efetivamente um ano marcado por níveis de incerteza acima do normal e por diversos eventos que afetaram o comportamento da economia. Entre estes é possível citar as manifestações populares de junho e julho; a possibilidade de mudanças na política monetária americana, e seus impactos sobre a taxa de câmbio; e o aperto monetário por meio da elevação gradual da taxa Selic pelo Banco Central.

A análise dos dados do PIB de cada trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano passado, bem como as variações acumuladas em quatro trimestres, permitem concluir que, no momento, a economia cresce a um ritmo tendencial da ordem de 2,5%.

O **mercado de trabalho** vem mantendo um cenário favorável, com taxas de desemprego nas mínimas históricas, mas há que se considerar que o ritmo de criação de postos de trabalho vem se reduzindo sensivelmente.

Já o **crédito à pessoa física** continua em trajetória de desaceleração de novas concessões no segmento livre, que impacta mais diretamente o consumo de bens e serviços, observando-se, inclusive, um aumento nas taxas de juros médias de empréstimo. O comprometimento das famílias com o serviço da dívida também permanece elevado, e há claros indícios de que as pessoas **estão se endividando menos para consumir e mais para adquirir a casa própria**. Com relação à inflação, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** fechou o ano de 2013 em **5,91%** e ficou acima do IPCA de 5,84% relativo a 2012. A tendência do mercado, consubstanciada no último Relatório FOCUS de 2013, previa inflação de 5,74% acumulada em 2013.

Em relação à **política monetária**, em sua última reunião de 2013, o Copom aumentou a Selic em 0,50 p.p. para 10,00% aa. Na opinião da média dos analistas de mercado, cuja opinião foi expressa no Boletim FOCUS de 27 de dezembro de 2013, manteve-se o cenário de referência, considerando uma Selic (fim de período) de 10,50% a.a. em 2014. No mercado cambial, a taxa encerrou novembro em R\$/US\$ 2,32, contra R\$/US\$ 2,24 no início do mês, com cotação máxima de R\$/US\$ 2,33. A tendência de alta pode vir a pressionar a inflação para patamares mais elevados.

Segundo relatório pelo Banco Central do Brasil em seu Relatório Mensal, a **caderneta de poupança** marcou o 22º mês seguido com captação líquida de recursos. Em dezembro, resultado mensal recorde, os depósitos superaram os saques em R\$ 11,2 bilhões, acumulando em 2013, um ingresso líquido de R\$ 71,05 bilhões, 43% acima dos R\$ 49,72 bilhões de 2012. Esse montante é o maior já registrado desde o início da série histórica do Banco Central, em 1995. Considerando o rendimento mensal de R\$ 3,01 bilhões, o patrimônio total da poupança alcançou R\$ 597,943 bilhões em dezembro, que se compara a R\$ 496,302 bilhões ao final de 2012.

Em síntese, o quadro prevalecente é de uma demanda que cresce de forma moderada, sustentada pelo consumo das famílias e do governo, e sujeita a grandes oscilações devido ao comportamento volátil dos investimentos.

(Fontes: **Carta de Conjuntura IPEA/Dezembro de 2013; BACEN/ Boletim FOCUS/ 27 de dezembro de 2013; Poupança – Relatório Mensal do BACEN**)

Desempenho POUPEX

Em 2013, a POUPEX deu continuidade à execução do planejamento estratégico iniciado em 2012 e previsto para ser aplicado até 2016. O ano foi marcado pelo início e também pela continuidade de variados projetos internos. Foi finalizado o projeto de instalação de serviços de Telefonia IP, dos Ramais IP e da Rota de Menor Custo em todos os Pontos de

Atendimento localizados em várias Unidades da Federação do País, reduzindo os custos das ligações.

A POUPEX contratou, em maio de 2013, uma empresa de consultoria e serviços para dar continuidade à revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Instituição. O projeto está em fase de estudos finais pela Diretoria Colegiada e o resultado deverá ser levado à apreciação do Conselho de Administração ainda no 1º Semestre de 2014. Foi finalizada a 1ª fase do projeto de Gestão Documental, que tem por objetivo mapear, catalogar e dar a devida destinação aos documentos produzidos e recebidos, a fim de preservar a memória da Instituição e cumprir fielmente a legislação que trata do assunto. Como resultado, foi aprovada pela Diretoria Colegiada a Tabela de Temporalidade, de Tipologia e de Classificação de Documentos. A 2ª fase iniciar-se-á no início de 2014.

A consultoria especializada contratada para o desenvolvimento de sistemas de cobrança para o financiamento imobiliário, além do desenvolvimento de sistemas para gestão das vendas dos empreendimentos comercializados e também para gestão da concessão do crédito Imobiliário prosseguiu nos trabalhos iniciados no 1º semestre.

Foi adquirida, no primeiro semestre de 2013, uma solução de *Enterprise Resource Planning* – ERP, para integração dos sistemas da Instituição, a fim de facilitar a gestão. O Projeto Integrar, como foi denominada a implantação desse sistema, será estendido até janeiro de 2015.

Prossegue, finalmente, a ampliação do *Business Intelligence* – BI, com o desenvolvimento de módulos contendo informações diversas utilizadas pelas Unidades Técnico Administrativas – UTA, visando a facilitar a recuperação tempestiva desses dados. Foi contratada empresa de consultoria especializada para auxiliar no referido desenvolvimento. Em relação ao desempenho, a POUPEX apresentou resultado de R\$ 36.249 mil no 2º semestre de 2013, fechando o exercício com R\$ 59.574 mil. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 8,14% a.a. As receitas atingiram R\$ 477.668 mil e as despesas alcançaram R\$ 418.094 mil.

Em 31 de dezembro de 2013, a POUPEX computava patrimônio líquido de R\$ 552.146 mil, com aumento de 12,1% em relação à mesma posição de 2012. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 16,9%, atingindo R\$ 5.269.278 mil.

A Associação manteve a participação de 9,0905% do capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC). A caderneta de poupança POUPEX fechou o segundo semestre de 2013 com captação positiva de R\$ 322.689 mil. Os recursos dos associados poupadores, em 31 de dezembro de 2013, somavam R\$ 3.994.213 mil, evidenciando incremento de 20,7% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.308.721 mil). No último dia do mês de dezembro, havia 1.535 milhão de associados à poupança POUPEX, quantidade 4,9% maior que a registrada em 31 de dezembro de 2012 (1.463 milhão).

De janeiro a dezembro, foram concedidos 4.937 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário. O montante alcançou R\$ 320.557 mil na POUPEX. As contratações foram distribuídas da seguinte forma: R\$ 159.457 mil na linha de material de construção e R\$154.926 mil para a aquisição ou para a construção de imóveis. A Associação liberou, ainda, recursos da ordem de R\$ 6.174 mil à construção civil para produção de imóveis residenciais (Plano Empresário).

A POUPEX se faz presente em todo território nacional com agências próprias e unidades de atendimento da Fundação Habitacional do Exército (FHE) ou do Banco do Brasil (BB). A parceria com o BB permite aos associados contar com todas as facilidades para movimentações e transações oferecidas por aquele banco. Além desses pontos, os clientes contam, ainda, com atendimento personalizado oferecido pelo Centro de Relacionamento com o Cliente da POUPEX, que visa a auxiliar os clientes sobre os diversos produtos e serviços, e no tratamento de demandas pontuais.

Conta, também, com a Ouvidoria, que permite ao cliente sugerir, elogiar, reclamar e denunciar situações diversas, com a garantia de que terá total atenção da Instituição. Essa prática, além de se configurar como uma exigência do BACEN, permeia as orientações do Código de Defesa do Consumidor – CDC e representa o respeito para com o seu cliente. Almejando melhorar ainda mais o relacionamento com sua clientela, proporcionando mais conforto e facilitando o acesso, determinadas agências da POUPEX e pontos de atendimento da FHE vêm sendo revitalizados.

O sucesso dos negócios da POUPEX está diretamente relacionado à credibilidade alcançada ao longo dos seus mais de 32 anos de atuação, à sua eficiência administrativa e à dedicação de seus empregados. Todas as atividades e as relações com os clientes, parceiros e fornecedores foram geridas de forma ética e transparente, garantindo responsabilidade social.

Assim, preocupada sempre com a excelência técnica de seus funcionários, a POUPEX investe gradualmente na capacitação dos empregados. Como prova disso, considerando seu ramo de atuação voltado para o SFH, a instituição contava, no ano de 2013, com 68 especialistas em crédito imobiliário. Da mesma forma, sob a ótica da qualidade de vida, investe em iniciativas que promovem o bem estar e auxiliam na melhora da saúde dos empregados, como a ginástica laboral e o clube de corrida.

Ao fim de 2013, a POUPEX possuía 1.230 empregados, 71 estagiários e 33 jovens aprendizes. Como prova de sua constante preocupação com a responsabilidade, para esse último universo de colaboradores, a Associação desenvolve iniciativas com o objetivo de contribuir para a melhoria da realidade das comunidades menos favorecidas, participando de programas que preparam jovens para o mercado de trabalho. Destaque para o Programa de Aprendizagem, que beneficia jovens estudantes entre 14 e 18 anos, preferencialmente integrantes das parcelas mais carentes da população e o Programa de Estágio Profissionalizante remunerado, destinado aos jovens estudantes.

Ainda, dentro do enfoque social, a POUPEX incentiva os seus empregados a participarem de campanhas beneficentes, como voluntários ou por intermédio da arrecadação de material de higiene pessoal, de limpeza, brinquedos, roupas entre outros, para doação às instituições de assistência previamente selecionadas. Além de também apoiar financeiramente projetos sociais, atletas e instituições.

Os números mencionados e as ações implantadas demonstram o compromisso da POUPEX em continuar trabalhando e oferecendo as melhores soluções para seus clientes e empregados.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante		3.966.165	3.468.933
Disponibilidades	4	300	1.671
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	1.961.889	1.629.608
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.961.889	1.629.608
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	352.445	349.302
Carteira própria		352.445	349.302
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.339.954	1.126.887
Créditos vinculados:		802.693	667.025
Depósitos no Banco Central		802.693	666.944
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		-	81
Repasses interfinanceiros		537.261	459.862
Operações de crédito	3.f e 8	272.106	324.839
Operações de crédito		280.282	333.086
Setor privado		280.282	333.086
(Provisão para operações de crédito)		(8.176)	(8.247)
Outros créditos	9	38.877	35.883
Rendas a receber		197	147
Diversos		38.680	35.736
Outros valores e bens	10	594	743
Outros valores e bens		427	1.113
(Provisões para desvalorizações)		(279)	(825)
Despesas antecipadas	3.g	446	455
Ativo não circulante		1.303.113	1.036.311
Ativo realizável a longo prazo		1.272.590	1.012.103
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	348.883	102.022
Carteira própria		348.883	102.022
Relações interfinanceiras	3.e e 7	196.764	178.256
Créditos vinculados:		196.764	178.256
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		196.764	178.256
Operações de crédito	3.f e 8	719.964	724.315
Operações de crédito		780.000	785.934
Setor público		10.045	-
Setor privado		769.955	785.934
(Provisão para operações de crédito)		(60.036)	(61.619)
Outros créditos	9	5.546	5.497
Diversos		5.546	5.497
Outros valores e bens	10	1.433	2.013
Outros valores e bens		1.175	1.380
Despesas antecipadas	3.g	258	633
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	13.377	11.400
Imóveis de uso		6.322	5.049
Outras imobilizações de uso		21.631	19.405
(Depreciações acumuladas)		(14.576)	(13.054)
Intangível	3.j e 13	9.336	4.998
Ativos intangíveis		11.847	5.598
(Amortização acumulada)		(2.511)	(600)
		5.269.278	4.505.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2013	Exercício 2013	Exercício 2012
Receitas da intermediação financeira		239.165	426.138	372.981
Operações de crédito	7.f e 8.b	93.866	181.680	178.119
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.b	111.194	186.766	150.507
Resultado das aplicações compulsórias	7.f	34.105	57.692	44.355
Despesas da intermediação financeira		(139.460)	(286.631)	(232.874)
Operações de captação no mercado	14 e 16.a	(141.406)	(255.095)	(226.065)
Provisão para créditos de liquidez duvidosa	8.e	1.946	(31.536)	(6.809)
Resultado bruto da intermediação financeira		99.705	139.507	140.107
Outras receitas/despesas operacionais		(65.816)	(84.873)	(119.469)
Rendas de tarifas bancárias		1.534	3.134	3.360
Despesas de pessoal	17.b	(33.996)	(63.493)	(57.496)
Outras despesas administrativas	17.c	(17.655)	(32.122)	(37.379)
Despesas tributárias	17.d	(8.130)	(14.035)	(13.234)
Outras receitas operacionais	17.a	2.513	34.806	9.054
Outras despesas operacionais	17.e	(10.082)	(13.163)	(23.774)
Resultado operacional		33.889	54.634	20.638
Resultado não operacional	17.f	2.360	4.940	4.374
Lucro líquido		36.249	59.574	25.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012 (Em milhares de Reais)

	Recursos dos associados	Reserva de lucros (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.935.561	468.275	(1.166)	-	3.402.670
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	535	-	535
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	173.936	-	-	-	173.936
Atualização	9.248	-	-	-	9.248
Captação líquida do exercício	189.976	-	-	-	189.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.012	25.012
Destinações:					
Reservas	-	25.012	-	(25.012)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377
Mutações do exercício	373.160	25.012	535	-	398.707
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377
Ajustes de períodos anteriores	-	-	-	300	300
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(384)	-	(384)
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	201.380	-	-	-	201.380
Atualização	7.731	-	-	-	7.731
Captação líquida do exercício	476.381	-	-	-	476.381
Lucro líquido do exercício	-	-	-	59.574	59.574
Destinações:					
Reservas	-	59.574	-	(59.574)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.994.213	553.161	(1.015)	-	4.546.359
Mutações do exercício	685.492	59.874	(384)	-	744.982
Saldo em 30 de junho de 2013	3.554.754	493.287	(827)	23.625	4.070.839
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(188)	-	(188)
Outros eventos:					
Remuneração:					
Juros	109.046	-	-	-	109.046
Atualização	7.724	-	-	-	7.724
Captação líquida do semestre	322.689	-	-	-	322.689
Lucro líquido do semestre	-	-	-	36.249	36.249
Destinações:					
Reservas	-	59.874	-	(59.874)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.994.213	553.161	(1.015)	-	4.546.359
Mutações do semestre	439.459	59.874	(188)	(23.625)	475.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2013	Exercício 2013	Exercício 2012
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro líquido	36.249	59.574	25.012
Ajustes ao lucro líquido	(4.128)	28.010	19.562
Provisão para operações de crédito	(1.946)	31.536	6.809
Despesas para contratos desequilibrados	-	-	6.250
Provisão para perdas	(946)	1.189	7.254
Provisão para perdas - FCVS	461	503	471
Depreciações/Amortizações	2.259	4.420	2.973
Desvalorizações de bens não de uso próprio	88	88	577
Resultado credor na incorporação de bens			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO						
SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMOS EM 31/12/2013 E EXERCÍCIO FIMDO EM 31/12/2012 (Em milhares de Reais)						
	2º Semestre		Exercício		Exercício	
	2013	%	2013	%	2012	%
1 - Receitas	246.930		435.847		382.988	
1.1 - Intermediação financeira	239.165		426.138		372.981	
1.2 - Prestação de serviços	1.534		3.135		3.360	
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	1.946		(31.536)		(6.809)	
1.4 - Outras	4.285		38.110		13.456	
2 - Despesas de intermediação financeira	141.406		255.095		226.065	
3 - Insumos adquiridos de terceiros	25.243		40.352		58.425	
3.1 - Materiais, energia e outros	11.869		20.569		27.841	
3.2 - Serviços de terceiros	1.922		3.876		4.597	
3.3 - Outras	11.452		15.907		25.987	
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.266		2.573		1.568	
3.3.2 - Outras despesas operacionais	10.083		13.165		23.774	
3.3.3 - Despesas não operacionais	103		169		645	
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	80.281		140.400		98.498	
5 - Depreciação, amortização e exaustão	2.259		4.420		2.973	
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	78.022		135.980		95.525	
7 - Valor adicionado recebido em transferência	150		768		173	
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	150		768		173	
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	78.172	100,00	136.748	100,00	95.698	100,00
9 - Distribuição do valor adicionado	78.172	100,00	136.748	100,00	95.698	100,00
9.1 - Pessoal	28.552	36,53	53.051	38,80	48.036	50,19
9.1.1 - Remuneração direta	21.150		38.605		34.501	
9.1.2 - Benefícios	5.967		11.108		10.138	
9.1.3 - FGTS	1.435		3.338		3.397	
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	13.033	16,67	23.462	17,16	22.275	23,28
9.2.1 - Federais	12.948		23.226		22.037	
9.2.2 - Estaduais	-		22		25	
9.2.3 - Municipais	85		214		213	
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	338	0,43	661	0,48	375	0,39
9.3.1 - Aluguéis	338		661		375	
9.4 - Remuneração de capitais próprios	36.249	46,37	59.574	43,56	25.012	26,14
9.4.1 - Lucros retidos/prejuízos do exercício	36.249		59.574		25.012	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2013 (Em milhares de Reais)

1. A instituição e suas operações
A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exercício - FHE.

A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A demonstração do valor adicionado (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião de 26 de março de 2014.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo, trimestralmente.

d. Reclassificações nas demonstrações contábeis de 31/12/2012

A POUPEX possui na data-base de 31 de dezembro de 2013 o montante aproximado de R\$ 144.249 mil (R\$ 146.126 mil, em 31 de dezembro de 2012) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescendo, ao final da operação, parcela a amortizar, em razão de situações impostas por legislação.

A provisão para perdas sobre o montante das parcelas chamadas "desequilibradas" estavam sendo registradas no passivo exigível, considerando a prática de conceder descontos para liquidação das referidas parcelas, configurando assim, uma obrigação construtiva nos termos da Resolução CMN nº 3.823/2009 (Outras obrigações – Diversas), sem prejuízo do cálculo e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa desses mesmos contratos nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Por determinação do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E" tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da POUPEX sobre os contratos com essa característica, o que implicou o estorno da provisão anteriormente registrada no passivo e o simultâneo registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa classificada como conta retificadora da carteira de operações de crédito no ativo.

Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E" desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observada as determinações do inciso I e do § do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CMN nº 4.007/2011 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 23, descriminamos a seguir as reclassificações efetuadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012 para melhor comparabilidade com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

d.1. Balanço patrimonial

	31/12/2012		31/12/2012	
	Publicado	Valores (Reclassificado)	Publicado	Valores (Reclassificado)
Ativo				
Operações de Crédito				
(Provisão para operações de crédito)	(38.736)	(31.130)		(69.866)
Passivo				
Outras obrigações				
Diversas	80.194	(31.130)		49.064
d.2. Demonstrações dos fluxos de caixa				
	31/12/2012	31/12/2012		
	Publicado	Valores (Reclassificado)		
Aumento/Redução ativos operacionais				
Operações de crédito	(9.153)	31.130		21.977
Redução em passivos operacionais				
Outras obrigações	3.617	(31.130)		(27.513)

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério "pro rata die", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068/01. A Entidade não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis.

i. Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda" – até a sua realização por venda.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

a. Fundos de investimentos

A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela ANBIMA, ANBIMA e SND - Sistema Nacional de Debêntures, respectivamente, os CDBs pelo mesmo critério descrito no item anterior. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor da cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

b. Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela "curva de cupom de TR" divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados "pro rata temporis", observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento

são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art. 4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério "pro rata temporis", de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	300	1.671
Caixa	8	12
Depósitos bancários	292	1.659
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	2.063.401	1.689.737
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.063.701	1.691.408

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	31/12/2013	31/12/2012
CDI	Banco do Brasil S.A.	1.936.144	1.547.351
CDI-PÓS	Caixa Econômica Federal	-	20.282
CDI-PÓS	Banco Daycoval S.A.	6.023	-
CDI-PÓS	Banco Pine S.A.	9.050	-
Fundo	BB Pólo VII	111.089	121.011
Fundo	BB CP 600 mil	1.075	999
Fundo	BB CP 200	20	94
Total		2.063.401	1.689.737

A remuneração média anualizada do exercício de 2013 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: 9,18% a.a. para a aplicação no Banco do Brasil indexada a TMS – Taxa Média SELIC; 9,54% a.a. para a aplicação nos demais Bancos indexada ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 9,19% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.961.889	1.629.608
Não ligadas	1.961.889	1.629.608
Total	1.961.889	1.629.608
Ativo circulante	1.961.889	1.629.608

Vencimento em dias	0-30	31-90	181-365	Total	%
CDI-OVER	1.936.144	-	-	1.936.144	98,7
CDI-PÓS	9.050	16.695	-	25.745	1,3
Total	1.945.194	16.695	-	1.961.889	100,0

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados).

	2º Semestre	Exercício
	2013	2013
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	82.706	138.452
	82.706	138.452

6. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

	3			
--	---	--	--	--

b. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados).

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Títulos de renda Fixa	23.664	39.432	21.667
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	4.824	8.882	9.916
Total	28.488	48.314	31.583

c. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 2º semestre e no exercício de 2013, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7. Relações interfinanceiras

a. Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos vinculados	999.457	845.281
Banco Central – Recolhimentos obrigatórios	802.693	666.944
SFH – FGTS a ressarcir	–	81
SFH – Fundo de compensação de variações salariais	196.764	178.256
Principal com opção pela novação	241.959	221.594
(-) Encontro de contas – FCVS/FUNDHAB	(11.438)	(10.771)
(-) Provisão para perdas	(33.757)	(32.567)
Repasse interfinanceiros	537.261	459.862
Devedores por repasses de outros recursos	537.261	459.862
Total	1.536.718	1.305.143
Classificação do ativo		
Circulante	1.339.954	1.126.887
Não circulante	196.764	178.256
Total	1.536.718	1.305.143

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimento obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta "6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento).

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 33.756 (R\$ 32.567 em 31 de dezembro de 2012) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face de o Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa 3.e).

	31/12/2013	31/12/2012
Situação da carteira		
Não habilitados (i)	25.033	17.931
Habilitados e não homologados (ii)	297	12.056
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	29.037	26.720
Habilitados e homologados (iv)	161.257	141.526
Negativa de cobertura (v)	23.088	21.388
Outros	1.429	1.973
Total	240.141	221.594

(i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 11.403 a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos, estão sendo imputados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

d. Encontro de contas – FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – MNPO/FCVS.

e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

f. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

	2º semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	25.039	44.039	38.206
Juros de encaixe obrigatório	25.039	44.039	38.206
Desvalorização de Créditos Vinculados	946	(1.190)	(7.255)
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação	8.120	14.843	13.404
Resultado das aplicações compulsórias (i)	34.105	57.692	44.355
Repasse interfinanceiro (ii)	22.495	38.690	34.583
Total	56.600	96.382	78.938

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias na demonstração de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito na demonstração de resultados.

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira por modalidade

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de crédito	1.060.282	1.119.020
Empréstimos	2.671	6.614
Capital de giro	–	4.830
Empréstimo com garantia hipotecária	2.671	1.784
Financiamentos Imobiliários	1.057.611	1.112.406
Financiamentos – Habitação	909.785	919.874
Financiamentos – Construção	147.826	192.532
Total da carteira de crédito	1.060.282	1.119.020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(68.212)	(69.866)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(68.212)	(69.866)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	992.070	1.049.154
Total circulante	272.106	324.839
Total não circulante	719.964	724.315

Carteira Imobiliária - Operações por Curso

Operações em curso normal (*)

Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	2.656	10.104	100	6	2	2.807	3	–	6	15.684
Até 060	1.898	9.211	40	6	2	1.140	3	–	6	12.306
Até 090	1.789	9.156	40	6	2	429	3	–	6	11.431
Até 180	85.264	26.858	194	17	6	1.317	8	–	78	113.742
Até 360	11.185	100.882	243	61	11	2.828	14	–	28	115.252
Superior 360	204.566	395.278	4.509	390	55	111.568	128	–	180	716.674
Vencidas										
Até 014	–	594	3	3	–	647	–	–	–	1.247
Subtotal	307.358	552.083	5.129	489	78	120.736	159	–	304	986.336

Carteira Imobiliária - Operações por Curso

Operações em curso anormal (*)

Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	–	78	116	99	43	217	31	12	120	716
Até 060	–	77	115	98	43	299	31	12	53	728
Até 090	–	77	113	146	42	55	31	12	51	527
Até 180	–	230	335	282	120	194	88	34	150	1.433
Até 360	–	454	689	535	223	305	157	66	328	2.757
Superior 360	–	9.329	11.920	8.817	4.573	17.842	4.073	1.690	5.082	63.326
Vencidas										
Até 014	–	–	97	60	23	22	12	5	19	238
Até 030	–	153	67	59	24	22	13	3	16	357
Até 060	–	–	176	126	48	66	23	8	36	483
Até 090	–	–	–	127	52	35	25	6	33	278
Até 180	–	–	–	54	117	184	884	727	118	2.084
Até 360	–	–	–	–	–	51	74	27	803	955
Superior 360	–	–	–	–	–	–	–	–	64	64
Subtotal	–	10.398	13.628	10.403	5.308	19.292	5.442	2.602	6.873	73.946
Total	307.358	562.481	18.757	10.892	5.386	140.028	5.601	2.602	7.177	1.060.282

Carteira Imobiliária - Operações por Curso

Operações em curso normal (*)

Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	10.681	2.655	29	7	1	956	2	–	11	14.342
Até 060	10.305	2.580	29	7	1	1.184	2	–	7	14.115
Até 090	10.289	2.553	29	7	1	614	11	–	7	13.511
Até 180	29.461	7.550	83	20	2	1.746	108	1	105	39.076
Até 360	241.646	14.523	150	38	4	8.818	9	2	290	265.480
Superior 360	384.496	203.826	1.023	137	45	107.658	91	22	1.532	698.830
Vencidas										
Até 014	–	391	9	2	2	5	1	–	3	413
Subtotal	686.878	234.078	1.352	218	56	120.981	224	25	1.955	1.045.767

Carteira Imobiliária - Operações por Curso

Operações em curso anormal

Vincendas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até 030	–	94	94	94	47	289	24	30	68	740
Até 060	–	92	91	92	47	59	23	30	67	501
Até 090	–	93	88	91	47	58	23	40	65	505
Até 180	–	274	263	267	135	173	68	82	189	1.451
Até 360	–	543	502	512	260	2.512	149	103	1.831	6.412
Superior 360	–	10.434	8.856	7.697	4.866	18.729	2.227	1.597	5.775	60.181
Vencidas										
Até 014	–	–	54	102	24	21	8	8	26	243
Até 030	–	189	69	40	19	49	5	7	19	397
Até 060	–	–	142	112	54	45	14	14	42	423
Até 090	–	–	–	110	52	35	12	13	42	264
Até 180	–	–	–	52	122	107	38	49	132	500
Até 360	–	–	–	–	–	58	49	91	1.364	1.562
Superior 360	–	–	–	–	–	–	–	–	71	74
Subtotal	–	11.719	10.159	9.190	5.674	22.135	2.641	2.064	9.691	73.253
Total	686.878	245.797	11.511	9.388	5.730	143.116	2.865	2.089	11.646	1.119.020

(*) Fluxo classificado por faixa de vencimento dos financiamentos e atraso, contado a partir da prestação mais antiga em atraso.

b. Receitas de operações de crédito (registradas no grupo operações de crédito na demonstração de resultados):

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Receitas de Operações de Crédito	71.370	142.990	143.535
Empréstimos e títulos descontados	118	420	2.006
Financiamentos	67.192	132.669	136.653
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.060	9.901	4.876
Total	71.370	142.990	143.535

c. Composição da carteira por atividade econômica

	31/12/2013	31/12/2012
Setor público	10.045	–
Atividades empresariais	10.045	–
Outros serviços	10.045	–
Setor privado	1.050.237	1.119.020
Indústria	2.010	4.830
Habitação	1.048.227	1.114.190

	Exercício 2013				Saldo Final 31/12/2013
	Saldo Inicial 31/12/2012	Aquisições	Baixas/Tranf.	Depreciação	
Móveis e equipamentos em estoque	-	73	(68)	-	5
Edificações	4.604	1.273	-	(206)	5.671
Móveis e equipamentos em uso	2.278	313	52	(328)	2.315
Sistema de comunicação	74	267	1	(60)	282
Sistema de processamento	3.807	2.597	(23)	(1.778)	4.603
Sistema de transporte	637	-	-	(136)	501
Total	11.400	4.523	(38)	(2.508)	13.377

	Exercício 2012				Saldo Final 31/12/2012
	Saldo Inicial 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos em estoque	-	155	(155)	-	-
Edificações	1.595	3.210	-	(201)	4.604
Móveis e equipamentos em uso	2.375	229	-	(326)	2.278
Sistema de comunicação	32	63	(1)	(20)	74
Sistema de processamento	4.386	1.132	(25)	(1.686)	3.807
Sistema de transporte	456	681	(360)	(140)	637
Total	8.844	5.470	(541)	(2.373)	11.400

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 0,29% (0,30% em 31 de dezembro de 2012), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN. Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

13. Intangível
Refere-se à aquisição de licenças de uso de softwares e de sistemas. A amortização é efetuada no prazo de trinta e seis meses.

	Exercício 2013				Saldo Final 31/12/2013
	Saldo Inicial 31/12/2012	Adições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso	-	-	-	-	-
Softwares e Sistemas	4.998	6.249	-	(1.911)	9.336
Total	4.998	6.249	-	(1.911)	9.336

	Exercício 2012				Saldo Final 31/12/2012
	Saldo Inicial 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	
Licença de uso de Software e Sistemas	-	5.598	-	(600)	4.998

14. Depósitos a prazo
As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo" compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada à taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército - FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

Despesas de captações com depósitos especiais: (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Despesas de captação	21.769	40.549
Depósitos especiais	21.769	40.549	38.249
Total	21.769	40.549	38.249

15. Outras obrigações
a. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições a recolher	5.972	5.029
Provisão para riscos fiscais	35.573	33.644
Total	41.545	38.673

Impostos e contribuições a recolher
Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais
Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1ª Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 35.574 (R\$ 33.644 em 31 de dezembro de 2012).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 63.158 e ao PIS o de R\$ 3.987. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (b.1)	9.040	11.251
Obrigações por contribuições ao SFH (b.2)	1.085	923
Provisão para pagamentos a efetuar (b.3)	31.334	27.296
Provisão para passivos contingentes (b.4)	4.066	4.152
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	394	465
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	579	579
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	7.579	-
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	1.746	1.194
Valores sob análise - SICOM	1.787	1.440
Valores a repassar a construtoras	303	1.551
Outros credores	2.435	213
Total	60.348	49.064

b.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados
Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2. Obrigações por contribuições ao SFH
Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3. Provisão para pagamentos a efetuar
Registram os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis
A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Passivos trabalhistas	318	247
Poupança	1.827	1.893
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	1.791	1.888
Cobertura de sinistro - Material de construção	100	100
Outros	30	24
Total	4.066	4.152

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Contingências	Saldo em 31/12/2012	Movimentação no exercício Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2013
	Trabalhistas	247	71	-
Cíveis	3.905	512	(669)	3.748
Total	4.152	583	(669)	4.066

Contingências	Saldo em 31/12/2011	Movimentação no exercício Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2012
	Trabalhistas	247	-	-
Cíveis	10.632	642	(7.369)	3.805
Total	10.879	642	(7.369)	4.152

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

a. Provisão para riscos cíveis
A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança. No 3º trimestre de 2012, a POUPEX efetuou reversão da provisão até então constituída, no valor de R\$ 5.937, que era decorrente de diferença nos valores das prestações de determinadas operações de crédito, objeto de questionamento judicial. Essa provisão passou a ser efetuada por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, na carteira de operações de crédito, para melhor aderência à metodologia de provisionamento das operações de crédito.

b. Provisão para riscos trabalhistas
Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no art. 477, § 8º da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

iii. Passivos contingentes - Risco possível

	Quantidade 31/12/2013	Quantidade 31/12/2012
Condomínio	5	81
Crédito Imobiliário	639	12.531
Empréstimo Simples	22	97
Fundo de Apoio Moradia - FAM	3	27
Material de Construção	12	143
Poupança	306	2.778
Trabalhista	1	29
Total	988	15.686

Ações - Condomínio
Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário
Representam pedidos revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)
Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção
Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança
Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações - Trabalhista
Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas extras.

b.5. Valores transitórios - Sistema PEX
Registram transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	4.546.359	3.801.377
Recursos de associados poupadores	3.994.213	3.308.721
Reservas de lucros	553.161	493.287
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.015)	(631)
Lucros acumulados	-	-

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Despesas de captação	119.637	214.546
Depósitos de poupança	116.771	209.112	183.184
FGC	2.866	5.434	4.632
Total	119.637	214.546	187.816

b. Reserva de lucros

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/2001 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial - TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

17. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Recuperação de encargos e despesas	1.638	3.064
Reversão de imposto de renda	540	1.037	444
Reversão de provisão de desequilibrados	-	29.566	31.130
Outras reversões (*)	95	185	6.672
Outras rendas	240	954	448
Total	2.513	34.806	40.184

(*) No segundo semestre de 2012, a POUPEX efetuou reversão para demandas judiciais decorrentes de operações de crédito, no valor de R\$ 5.937 (Nota Explicativa 16 b.4).

b. Despesas de pessoal

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Salários	20.742	37.864
Benefícios	4.252	8.073	7.300
Encargos sociais	8.432	16.561	15.396
Treinamentos/estagiários	570	995	853
Total	33.996	63.493	57.495

c. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Despesas de água	24	45
Despesas de aluguel	338	661	375
Despesas de comunicação	775	1.663	4.707
Despesas de manutenção e conservação de bens	716	1.372	2.909
Despesas de material	313	782	1.092
Despesas de processamento de dados	2.091	3.934	4.599
Despesas de promoções e relações públicas	920	1.282	2.061
Despesas de propaganda e publicidade	3.566	4.377	4.660
Despesas de publicações	102	212	349
Despesas de seguro	18	30	46
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.196	6.606	7.138
Despesas de serviços de terceiros	374	831	1.055
Despesas de serviços de vigilância e segurança	61	70	16
Despesas de serviços técnicos especializados	1.488	2.976	3.527
Despesas de transporte	147	288	260
Despesas de viagens	314	585	429
Despesas de condomínio	27	61	54
Despesas judiciais	73	145	-
Despesas com uniformes	23	522	184
Despesas de fretes	81	140	63
Despesas com assinaturas diversas	51	90	54
Despesas de copa e cozinha	170	308	254
Despesas de consignação	224	420	358
Despesas de depreciação/amortização	2.259	4.420	2.973
Despesas de pequeno vulto	38	75	73
Outras	266	227	97
Total	17.655	32.122	37.379

d. Despesas tributárias

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	IPTU	1	19
ITBI	-	-	10
Imposto de renda	2.234	3.531	2.315
IOF	141	263	225
Taxas	6	36	20
ISS	78	159	169
COFINS	3.942	6.965	6.382
PIS	641	1.132	1.037
Atualizações	1.087	1.930	3.062
Total	8.130	14.035	13.234

e. Outras despesas operacionais

	2º semestre 2013	2013	Exercício 2012
	Retomada de imóveis	486	905
Contratos desequilibrados	-	-	6.250
Contribuições para associações	89	185	178
Atualizações diversas	112	159	619
Despesas com ações judiciais	839	866	360
Resíduos prestação/amortização/seguros	176	203	102
Descontos concedidos em renegociação	4.250	5.118	4.766
Despesas com juros de mora e multas	33	47	197
Prejuízos com financiamentos imobiliários	-	-	64
Despesas de contribuição ao SFH	377	733	720
Provisões para perdas com FCVS	461	503	470
Outras provisões operacionais *	2.388	3.528	8.720
Despesas com imóveis de terceiros	780	780	26
Outras	91	225	90
Total	10.082	13.163	23.774

* No segundo semestre de 2012 efetuou-se a provisão no valor de R\$ 8.337 para o saldo a receber de complementos de prestação de financiamentos imobiliários recalculados em decorrência de alterações no sistema de amortização ou plano de reajuste das prestações dos contratos conforme decisão judicial e que ainda não foram liquidados pelo mutuário.

f. Resultado não operacional

	2º semestre 2013	20
--	------------------	----

Atualmente as contribuições destinadas à cobertura dos beneficiários de risco são de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora. No entanto, conforme previsto no artigo 47 do Regulamento do Plano, os Participantes Ativos também são responsáveis pela cobertura dos beneficiários de risco.
O Plano Misto de Benefícios POUPEX, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, estava assim configurado em 31/12/2013.

b. Hipóteses e parâmetros atuários adotados

(i) Considerações gerais sobre as premissas	31/12/2013	31/12/2012
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções. Base de dados cadastrais foi coletada em Natureza dos benefícios	dez/13 Previdenciária Patrocinador, Participantes e Assistidos	dez/12 Previdenciária Patrocinador, Participantes e Assistidos

Responsabilidade pelo financiamento do plano

(ii) Financeiras	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,06% a.a.	9,20% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,72% a.a.	4,50% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anuais	11,30% a.a.	10,77% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios - média anual	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,06% a.a.	9,20% a.a.
*Taxa de juros calculada com base na duration do Plano de 15,04 anos. NTN-B com vencimento para 15/08/2050.		

(iii) Demográficas

Taxa de rotatividade	T1 Service Table RP-2000 1	T1 Service Table RP-2000 1
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985	RP-2000 Disable2 Wyatt 1985
Tábua de entrada em invalidez/Tábua de morbidez	Disability Study Class 1 ² / N/A	Disability Study Class 1 ² / N/A

- Específica por sexo, sem aplicação da escala AA (estática)
- Tábuas específicas por sexo, sem aplicação da escala AA (estática).

Idade de Aposentadoria	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Composição familiar para custos de pensão* Aposentados e Pensionistas	Cadastro Individual Mulher 3 anos mais nova que o marido	Cadastro Individual Mulher 3 anos mais nova que o marido

(iv) Principais hipóteses e parâmetros

Taxa de juros de desconto	12,06% a.a.	9,20% a.a.
Crescimento salarial	11,30% a.a.	10,77% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	RP-2000	RP-2000
c. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido		

Status do Plano de Benefícios

	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da obrigação atuarial	(15.276)	(32.376)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(15.276)	(32.376)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	44.728	38.626
Status do Plano de Benefícios: (Déficit)/Superávit	29.452	6.251
Efeito do teto do Ativo	(29.452)	(6.251)

Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço (Passivo)/Ativo reconhecido no início do período		
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	1.190	1.282
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(561)	(915)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	(630)	(367)
Apuração do efeito do teto do limite de ativo	-	-
Valor presente dos benefícios econômicos	(29.452)	(6.251)

Efeito da restrição sobre o ativo [Superávit - Teto]

d. Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial	31/12/2013	30/06/2013
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período*	(35.704)	(32.376)
Custo do serviço corrente	(561)	(561)
Custo de juros	(1.470)	(1.470)
Contribuições de participantes do plano (autopatrocinados)	-	-
Remensurações de ganhos/perdas atuárias	21.727	(2.062)
Decorrentes de ajustes de experiências	7.059	(2.062)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-
Decorrentes de alterações premissas financeiras	14.669	-
Diferenças decorrentes de alterações cambiais	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos pelo plano	731	765
Combinação de negócios	-	-
Reduções	-	-
Liquidações	-	-
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(15.276)	(35.704)

* Referente aos participantes e assistidos vinculados a empresa patrocinadora do plano.

e. Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2013	30/06/2013
Valor justo dos ativos do plano no início do período	40.908	38.626
Receita de juros	1.790	1.790
Ganhos / (Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	1.571	522
Outros ganhos / (perdas)	-	-
Combinação de negócios	-	-
Liquidações	-	-
Reduções	-	-
Contribuições do empregador	1.190	735
Contribuições do participante	-	-
Despesas administrativas pagas pelo Plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(731)	(765)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do período	44.728	40.908

f. Duration do Plano
A Duration do plano (considerando o fluxo de benefícios - Parte BD), foi calculada em 15,04 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

DIRETORIA	
ERON CARLOS MARQUES Presidente	RICARDO BARBALHO LAMELLAS Vice-Presidente
JAIRO ALVES DOS SANTOS Diretor	CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO Diretor
JOSÉ RICARDO KÜMMEL Diretor	CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO Diretor
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Diretor	

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	
MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES Contadora - CRC/DF 008.116/0-1	

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE RISCOS - 2013 GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a POUPEX tem atuado ao longo do tempo de forma alinhada às melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, contando com a estrutura da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), subordinada diretamente ao Vice-presidente (VIPRE) e sendo independente das Unidades Técnicas Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT).
A CORCI é composta por assessorias que tratam dos controles internos e dos riscos (operacional, crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.
A metodologia adotada pela POUPEX na alocação de capital para risco operacional tem por alicerce o Método Básico, indicador que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.
Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos estão de acordo com a natureza das operações e complexidades dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos e, também, com a realidade do mercado e com as normas definidas pelo BACEN.

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE/2013

O Sistema de Controles Internos - SCI da Instituição adquiriu forma ainda mais estruturada no exercício de 2013, com ênfase no segundo semestre, uma vez que as reuniões bimestrais realizadas no decorrer do período permitiram que fossem avaliados assuntos e situações operacionais relevantes, principalmente no sentido de incrementar procedimentos preventivos de controles.
A atuação com a Auditoria Interna - AUDIT, a Ouvidoria - OUVID e a Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP, permitiu a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI levar à frente o cronograma de trabalho estipulado para o SCI, fato que se tornou possível em função do envolvimento salutar dos gestores das várias áreas operacionais convocadas para contribuir com a melhoria dos processos.
Merece destaque, igualmente, o envolvimento da Governança da Instituição com os assuntos submetidos à sua apreciação, muitos a partir dos resultados alcançados pelas áreas citadas acima, o que tem permitido à cúpula diretiva ampliar a possibilidade de acompanhamento dos fatos operacionais e, com isso, aperfeiçoar ainda mais o processo de tomada de decisão.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem por atribuições revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente, conforme seu Regimento Interno.
Os Administradores da POUPEX são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controle interno efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.
A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, com foco nos riscos a que a Instituição está exposta, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.
A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Avalia, também, as demonstrações contábeis, a qualidade e adequação dos sistemas de controle interno e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.
ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA
O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, no segundo semestre de 2013, com representantes da Administração, auditorias interna e independente e com executivos das principais áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, jurídica, finanças, além de outros trabalhos internos.
Nessas reuniões, abordou assuntos relacionados aos sistemas de controle interno, aspectos contábeis, provisões, contingências, gestão de riscos, discutindo inclusive recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dando-se por satisfeito com as informações

Valores esperados	Posição em 31/12/2013
Até 1 ano:	1.519.410,00
De 1 ano a 2 anos:	1.851.691,00
De 2 anos a 5 anos:	7.127.733,00
Acima de 5 anos:	123.647.084,00
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	134.145.918,00

g - Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Montantes do:	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial do plano	15.816.349	14.799.955	15.821.800	14.747.002	14.015.527	16.601.201	15.275.574
Valor justo dos ativos do plano	44.727.513	44.727.513	44.727.513	44.727.513	44.727.513	44.727.513	44.727.513
Superávit/(Déficit) técnico do plano	28.911.164	29.927.558	28.905.713	29.980.511	30.711.986	28.126.312	29.451.939
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,5%	-3,1%	3,6%	-3,5%	-8,2%	8,7%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-1,8%	1,6%	-1,9%	1,8%	4,3%	-4,5%	-

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.
Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observada alteração nos parâmetros de taxa de desconto de 9,20% (06/2013) para 12,06% em (12/2013).

1. Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a. Processo de Gestão de Riscos
Vinculada diretamente à Vice-presidência - VIPRE e segregada da Auditoria Interna e das demais Unidades Técnicas Administrativas - UTAs, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI é a responsável pelo gerenciamento dos riscos.

A POUPEX formaliza suas diretrizes em políticas e instruções normativas documentadas e divulgadas para toda a Instituição e são continuamente revisadas e aperfeiçoadas.
Todas as UTAs estabelecem instrumentos que permitem a mitigação dos riscos na sua área de atuação além de manter a CORCI informada quanto às operações e serviços sob sua gestão.

A Alta Administração é encarregada de definir os níveis de riscos aceitáveis pela Instituição, além de garantir instrumentos adequados à estrutura de gestão de risco para mensurar, avaliar e controlar os riscos, sendo o vice-presidente da POUPEX o diretor responsável pelo gerenciamento dos Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e Gerenciamento de Capital.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos na POUPEX, acesse o sítio poupe.com.br < <http://www.poupe.com.br/mostraPagina.asp?codServico=156>>.

b. Risco de Crédito

A gestão de risco crédito é instituída com o objetivo de garantir a integridade de seus ativos e níveis adequados de riscos e perdas, bem como os resultados esperados dos negócios. Considerando a missão e os valores da Instituição, e com intuito de aumentar a carteira de financiamento imobiliário de forma adequada, a determinação da Administração é facilitar o acesso à casa própria preferencialmente a seus clientes das forças armadas.

Define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a esse tipo de risco.

c. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

O gerenciamento do Risco de Mercado abrange tanto a carteira disponível para negociação quanto as demais posições, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a este risco.

Os Fatores de Risco - FR das operações mantidas pela Instituição são sujeitas às variações das taxas prefixadas referenciadas em TR, CDI, SELIC e IGP-M, além de juros prefixados e cupom de juros, que são calculados de acordo com as Circulares do BACEN Nº 3.361/07 e Nº 3.364/07, respectivamente. Assim, os principais Riscos de Mercado assumidos são em renda fixa.

Os modelos adotados e parametrizados no sistema para medição dos riscos seguem as orientações dadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio de Resoluções, Circulares e Cartas-circulares.

d. Risco de Liquidez

É o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos e honrar suas obrigações. O gerenciamento deste é realizado por meio da análise do histórico do fluxo de caixa.

e. Risco Operacional

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

f. Capital Regulatório

Patrimônio de Referência (PR)	31/12/13	31/12/12
Base de Cálculo - em R\$ mil	Exposição	Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	553.162	493.288
Capital Principal (CP)	553.162	493.288
Reserva de Capital	553.162	493.288
Ajuste a Valor de Mercado*	-	-
Sobras ou Lucros acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	553.162	493.288

* Somatório dos saldos das contas do Patrimônio líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver perdas não realizadas. **BN: alínea "c", inc. I do art. 4º da Res. 4.192/2013.**
Índice de Basileia:

No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo BACEN, que recomenda a relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência - PR e os riscos ponderados, referendada por regulamentação em vigor (- Ativo Ponderado por Risco - RWA). De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13 e Circular nº 3.678/13, o índice de Basileia da Instituição é apresentado conforme a seguir:

Descrição	31/12/2013 Exposição	31/12/2012 Exposição
Índice de Basileia	33,55%*	32,14*

*Nova metodologia para o cálculo adotado pelo BCB referente à Basileia III.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente	JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	NELSON GONÇALVES DO NASCIMENTO Conselheiro	JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO Conselheiro
TARCISO ALVES DA ROCHA Conselheiro		

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	
MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES Contadora - CRC/DF 008.116/0-1	

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE RISCOS - 2013 GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução Nº 3.988, do Conselho Monetário Nacional (CMN), referente ao Gerenciamento de Capital e às determinações de Basileia III, a POUPEX cumpriu todo o cronograma determinado pelo Órgão Regulador, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.
A disseminação da cultura de gerenciamento desses riscos em toda a Instituição, a divulgação das Políticas (disponível na INTRANET) e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupe.com.br).
Brasília - DF, 10 de janeiro de 2014.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE/2013

Ferramentas e mecanismos de controle e de minimização dos riscos operacionais foram aperfeiçoados no decorrer deste semestre, principalmente no que diz respeito à viabilização de sinalizadores de desempenho das ações adotadas pelas áreas operacionais, permitindo conhecer o foco ou os pontos merecedores de atenção maior.
Indica-se, adicionalmente, que o SCI tem participado das reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD, com quem forma parceria positiva no entendimento daquilo que é levantado pelas Auditorias Interna e Externa, no sentido de disponibilizar aos gestores e áreas operacionais correspondentes a oportunidade de aprimorarem as práticas e rotinas adotadas, tanto para reparar os apontamentos das auditorias como para prevenir os processos das ameaças que possam comprometer os resultados pretendidos.
Brasília - DF, 10 de janeiro de 2014.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações contábeis.
CONCLUSÕES
Em decorrência dos trabalhos e atividades desenvolvidas, o Comitê de Auditoria concluiu:
a) os sistemas de controle interno são adequados ao porte e à complexidade dos negócios da Instituição e objeto de permanente atenção por parte da Administração;
b) a auditoria interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;
c) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
d) as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.
Assim, com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Brasília, 10 de março de 2014.

JAIRO ALVES DOS SANTOS Coordenador	GEN CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO Membro do COAUD
JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES Membro do COAUD	JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO Membro do COAUD

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 26 de março de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5